

Capítulo 10

O PAPEL DO PEDAGOGO NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA



O PAPEL DO PEDAGOGO NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Cláudio da Costa¹

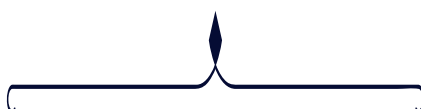
Resumo: O objetivo principal deste artigo é explorar a função dos professores dentro da estrutura da inclusão escolar. Consequentemente, este estudo pretende examinar a inclusão em sala de aula, reconhecendo que o tema da inclusão tem atraído considerável atenção em discussões diárias, particularmente em ambientes educacionais onde crianças de diversas origens étnicas, cores e culturas interagem regularmente. Infelizmente, casos de exclusão frequentemente surgem nesses contextos. Quanto à metodologia empregada nesta pesquisa, ela é caracterizada como bibliográfica e documental com ênfase qualitativa, utilizando recursos como livros, artigos, revistas e bancos de dados acadêmicos, incluindo Scielo e Google Acadêmico, entre outros. Em última análise, este trabalho aspira atuar como um catalisador para mais investigação e exploração para aqueles interessados no tópico. Também é esperado que ele sirva como um recurso para o desenvolvimento profissional, fazendo uma contribuição significativa para o discurso acadêmico voltado para a preparação de educadores que se envolverão em práticas educacionais inclusivas.

Palavras-chave: Professor. Inclusão. Aluno. Escola.

INTRODUÇÃO

Para começar, é importante reconhecer que a exclusão histórica de crianças com necessidades especiais da sala de aula persiste desde o início da educação formal. Ao longo de vários períodos históricos, essa exclusão tem sido intimamente associada às políticas públicas predominantes, pois as escolas, às vezes, buscam cultivar indivíduos robustos e saudáveis para contribuir com o

¹ Doutorando em Ciências da Educação pela Veni Creator Christian University (VCCU).



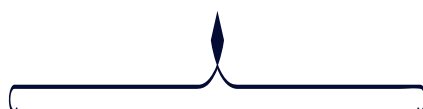
desenvolvimento nacional. Alunos com deficiências físicas têm enfrentado preconceito significativo em relação à sua participação social e, conseqüentemente, os desafios em sua inclusão permanecem evidentes em vários contextos, incluindo tanto o ambiente educacional quanto suas vidas cotidianas, seja em domínios intelectuais, sensoriais ou físicos.

Várias leis foram estabelecidas com o objetivo de promover a inclusão social. Entre elas está a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996, que defende a integração e a participação dos alunos em ambientes regulares de sala de aula. Conseqüentemente, o tópico da inclusão deve ser priorizado nas discussões sobre modificações didáticas e estruturais, bem como as circunstâncias que envolvem indivíduos com deficiência em classes regulares. É evidente que criar uma atmosfera saudável e agradável para as crianças é crucial, permitindo que elas interajam, aprofundem seus relacionamentos e cultivem amizades e camaradagem. A escola serve como um espaço onde elas podem se envolver livremente em conversas, brincar e formar alianças por meio de jogos, aprimorando assim suas habilidades em trabalho em equipe e colaboração.

O objetivo principal deste artigo é explorar a função dos professores dentro da estrutura da inclusão escolar. Os objetivos específicos incluem analisar as dimensões conceituais da educação inclusiva, examinar a relação entre educação inclusiva e o ambiente escolar e obter insights sobre as características do professor inclusivo.

Conseqüentemente, esta pesquisa busca explorar o conceito de inclusão dentro da sala de aula, reconhecendo que é um tópico extensivamente examinado no discurso diário e, mais notavelmente, dentro do ambiente educacional. Nas escolas, inúmeras crianças interagem diariamente, representando várias etnias, cores e culturas, frequentemente enfrentando instâncias de exclusão. Assim, a investigação central deste estudo acadêmico é: qual é o papel do professor em facilitar a inclusão escolar?

A importância de promover a inclusão dentro das salas de aula é bem reconhecida, especialmente considerando que a legislação brasileira garante a inclusão escolar. No entanto, para uma implementação eficaz, é essencial criar iniciativas que visem disseminar a conscientização sobre



a inclusão de indivíduos com deficiência e equipar os professores com o conhecimento necessário. Especificamente, os educadores devem possuir uma compreensão da deficiência, incluindo seus principais tipos, causas, características e os requisitos educacionais associados a cada tipo. Esse conhecimento deve advir de sua formação acadêmica neste campo.

Quanto à metodologia empregada nesta pesquisa, ela pode ser caracterizada como bibliográfica e documental, com ênfase qualitativa. Esta abordagem envolveu a utilização de diversas fontes, incluindo livros, artigos, periódicos e bases de dados acadêmicas como Scielo e Google Acadêmico, entre outras.

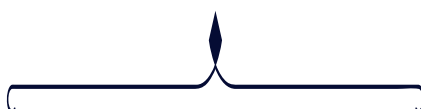
Este estudo irá, portanto, elucidar o conceito de educação inclusiva, delineando várias definições e perspectivas. Adicionalmente, irá explorar o reino da educação inclusiva dentro do cenário educacional, culminando em uma discussão das características e qualidades de um professor inclusivo.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O QUE É EDUCAÇÃO INCLUSIVA?

O processo de inclusão tem o potencial de catalisar uma revolução educacional genuína, caracterizada pelo surgimento de um sistema escolar mais eficiente, distinto, aberto, igualitário e democrático. Essa abordagem transcende a mera integração, visando, em vez disso, a verdadeira inclusão. Entende-se que a inclusão envolve uma transformação da estrutura educacional para descobrir caminhos para atingir objetivos não perseguidos anteriormente. Em essência, os esforços em direção à inclusão devem garantir que os alunos se envolvam ativamente em seu ambiente educacional, promovendo seu aprendizado e desenvolvimento pessoal. O objetivo principal da inclusão é reformar a educação convencional para diminuir as barreiras que impedem o aprendizado e a participação de alunos diversos.

Segundo Sánchez (2005, p.8), “Todos os alunos têm o mesmo direito de ter acesso a um



currículo culturalmente valioso e em tempo integral, como membros da classe escolar e de acordo com sua idade.” Esta declaração ressalta que a inclusão prioriza a diversidade sobre a uniformidade. Independentemente de suas diferenças, todo aluno tem direito ao acesso à educação. As transformações na educação inclusiva devem ocorrer defendendo perspectivas estruturais e culturais, fornecendo assim suporte para o avanço de um sistema educacional equitativo e acessível a todos.

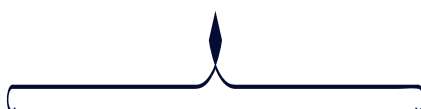
Na busca por esse objetivo, a educação inclusiva fomenta o cultivo de valores como justiça, solidariedade e igualdade, transformando assim os conceitos de aprender a coexistir e aprender a ser em realidades tangíveis. A educação que abraça a diversidade serve como uma via crucial para nutrir a compreensão mútua, o respeito e a tolerância, princípios fundamentais para o pluralismo, a coexistência e a democracia (Sanchez, 2005).

Os defensores da inclusão afirmam que a educação eficaz deve ser acessível a todos, argumentando que as instituições educacionais, como comunidades de aprendizagem, devem abordar as diversas necessidades de todos os alunos com base em seus traços pessoais, psicológicos e sociais individuais. Conforme observado por Prieto (2006, p.40):

A educação inclusiva tem sido caracterizada como um novo paradigma, que se constitui pelos ritmos de aprendizagem e pela proporção de outras práticas pedagógicas. O que exige ruptura com o instituto da sociedade e consequentemente, nos sistemas de ensino.

Embora os conceitos de inclusão e integração possam parecer semelhantes, eles incorporam valores e práticas distintas. Cada termo é aplicado para descrever circunstâncias variadas, caracterizadas por condições e objetivos contrastantes. A integração foca em equipar os alunos para a participação em escolas tradicionais, significando uma prontidão para fazer a transição de um aluno de um ambiente de educação especial para um ambiente educacional regular (Mittler 2005).

No contexto da integração, não é a escola que se ajusta para atender às necessidades do aluno; em vez disso, cabe ao aluno se adaptar ao ambiente e às circunstâncias da integração. Isso é particularmente relevante, pois nem todos os alunos são acomodados nas escolas ou incluídos na



educação regular. Consequentemente, o sistema depende da individualização de programas projetados para atender tanto indivíduos com deficiências quanto aqueles sem.

Segundo Mittler (2005, p. 35), a inclusão é caracterizada da seguinte maneira:

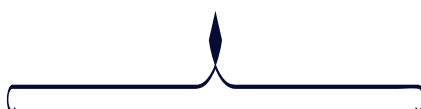
A agenda da educação inclusiva refere-se à superação de barreiras, à participação que pode ser experienciada por quaisquer estudantes. A tendência ainda é pensar em política de inclusão ou educação inclusiva como dizendo respeito aos estudantes com deficiência e a outros caracterizados como tendo necessidades educacionais especiais.

A educação inclusiva abrange mais do que meramente incorporar indivíduos com deficiências na estrutura educacional padrão; ela envolve fornecer uma experiência educacional de alta qualidade para um grupo diverso de alunos. Entender a distinção entre integração e inclusão é crucial. No modelo de integração, é responsabilidade do aluno se ajustar ao ambiente escolar, explorando opções de assimilação. Por outro lado, no modelo de inclusão, o sistema educacional deve se adaptar para atender às necessidades dos alunos com deficiências. Como Mendes (2002, p.70) afirma:

No contexto da educação, o termo inclusão admite, atualmente, significados diversos. Para quem não deseja mudança, ele equivale ao que já existe. Para aqueles que desejam mais, ele significa uma reorganização fundamental do sistema educacional. Enfim, sob a bandeira da inclusão estão práticas e pressupostos bastante distintos, o que garante um consenso apenas aparente e acomoda diferentes posições que, na prática, são extremamente divergentes.

Com relação ao processo social, a importância tanto da integração quanto da inclusão não pode ser exagerada. A aspiração final é que a sociedade realmente atinja objetivos que reflitam a verdadeira inclusão. Consequentemente, é importante notar que nem todos os indivíduos com deficiências requerem mudança social; alguns buscam ativamente se integrar à estrutura existente. Por outro lado, há outros com deficiências que acharão impossível se envolver plena e equitativamente na sociedade, a menos que ela evolua para se tornar genuinamente inclusiva.

A educação inclusiva é definida como um paradigma contemporâneo que valoriza a apreciação



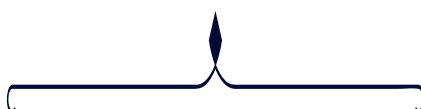
e a diversidade, reconhecendo esses elementos como essenciais para o benefício de todos os alunos, pois o respeito pelas diferenças aprimora a experiência educacional. O objetivo principal da educação inclusiva é garantir que todos os indivíduos tenham acesso ao corpo de conhecimento historicamente gerado pela humanidade, promovendo assim a capacidade dos alunos de utilizar esse conhecimento não apenas para a criação de novos insights, mas também para a participação ativa na cidadania, ao mesmo tempo em que honra a diversidade cultural e os traços individuais (Mittler, 2005).

O conceito de inclusão educacional tem sido frequentemente mal interpretado em relação às modificações necessárias em instituições educacionais regulares e especiais. Entende-se que, sem implementar essas mudanças, garantir acesso abrangente para todos os alunos será inatingível. Isso inclui fornecer o suporte necessário para facilitar sua educação continuada, honrar as limitações de cada indivíduo e prevenir a discriminação ou a criação de ambientes educacionais segregados.

Inclusão significa uma mudança fundamental nos valores e na mentalidade tanto das instituições educacionais quanto da sociedade em geral. Embora a terminologia de diversidade, justiça social e igualdade de oportunidades seja frequentemente empregada, a estrutura social em que habitamos permanece marcadamente desigual, o que influencia significativamente o sistema educacional (Mantoan, 2006).

A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E O UNIVERSO ESCOLAR

É importante reconhecer que um movimento surgiu internacionalmente entre as décadas de 1980 e início de 1990, iniciado por profissionais dedicados à questão da inclusão e apoiado por pais e indivíduos com deficiência que se opunham à noção de que educação especial equivalia a subeducação (Mantoan, 1988). Originário dos Estados Unidos da América (EUA), esse movimento buscava integrar crianças com deficiência em escolas tradicionais, visando unificar a educação especial com a educação regular dentro de uma estrutura educacional singular. O foco dessa iniciativa era reestruturar a educação especial e abolir a educação compensatória, buscando a inclusão que

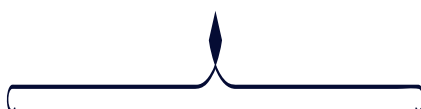


muitos alunos tinham sido negados. Mantoan (1988) sugeriu que todos os alunos, sem exceção, deveriam participar do processo escolar dentro de salas de aula de educação regular, recebendo uma educação de qualidade enquanto defendia a reforma da educação geral e especial para criar recursos que beneficiassem todos os alunos. Atualmente, a educação inclusiva é entendida de um ponto de vista diferente, que postula que não é um método pedagógico nem uma estratégia de redução de custos para a educação. Uma vantagem significativa do discurso de inclusão é que ele revela novos caminhos para intervenção educacional.

No entanto, as modificações essenciais vão além dos meros métodos instrucionais, necessitando de um discurso ético sobre os potenciais e restrições inerentes ao processo de ensino e aprendizagem. Isso requer investimento contínuo de entidades governamentais e o estabelecimento de políticas públicas que facilitem essas mudanças vitais, juntamente com o comprometimento do educador. Os educadores devem recorrer a seus recursos e utilizar instrumentos para diálogo, negociação e avaliação, que por sua vez informam suas práticas (Jesus, 2004). Um componente significativo desse processo é o desenvolvimento do Projeto Político Pedagógico (PPP), que visa criar estratégias coletivas e eficazes para lidar com a exclusão, promovendo assim:

Um ensino para todos os alunos há que se distinguir pela sua qualidade. O desafio de fazê-lo acontecer nas salas de aulas é uma tarefa a ser assumida por todos os que o compõem em um sistema educacional. Um ensino de qualidade provém de iniciativas que envolvem professores, gestores, especialistas, pais e alunos e outros profissionais que compõem uma rede educacional em torno de uma proposta que é comum a todas as escolas e que, ao mesmo tempo, é construído por cada uma delas, segundo as suas peculiaridades (Brasil, 2010, p. 10).

De acordo com Mazzolta (1982), é essencial reavaliar as práticas pedagógicas, evoluindo-as para uma nova abordagem ao ensino e à aprendizagem. Isso inclui uma reavaliação do processo de avaliação para adotar uma perspectiva mais formativa, facilitando assim resultados de aprendizagem aprimorados para alunos com necessidades diversas.



O PERFIL DO PROFESSOR INCLUSIVO

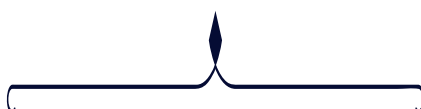
A preparação de profissionais da educação é um assunto muito debatido e de significativa importância, principalmente quando o objetivo do sistema educacional é garantir a inclusão de todos os alunos no ensino regular, especialmente nas salas de aula regulares (Mantoan, 2006). Em relação à formação de indivíduos na área da educação especial, a LDB de 1996 estipula que “são designados para atendimento especializado os professores que possuam especialização adequada em nível médio ou superior, além dos professores do ensino regular que são capacitados para integrar esses alunos às classes regulares” (Brasil, 2006).

Este contexto diz respeito à evolução da educação geral referente a indivíduos com deficiências. Portanto, é imperativo implementar mudanças que permitam que as escolas acomodem genuinamente todas as crianças, sem exceção. No entanto, a inclusão bem-sucedida de alunos com deficiências depende da acessibilidade e do treinamento de educadores.

A ampla incorporação de alunos com deficiência indica que, desde a última década do século XX, diversas formas de investimento foram necessárias para garantir sua presença contínua, entendida como um processo de aprendizagem. A esse respeito, Xavier (2002, p. 19) afirma que:

A construção da competência do professor para responder com qualidade às necessidades educacionais especiais de seus estudantes em uma escola inclusiva, pela mediação da ética, responde à necessidade social e histórica de superação das práticas pedagógicas que discriminam, segregam e excluem, e, ao tempo, configura, na ação educativa, o vetor de transformação social para a equidade, a solidariedade, a cidadania.

Esse ponto de vista deve ser cultivado durante o treinamento de professores para facilitar experiências que fortaleçam a essência democrática tanto da escola quanto da sociedade que a sustenta. Consequentemente, o desenvolvimento profissional contínuo de educadores deve ser uma prioridade



para sistemas educacionais dedicados a garantir educação de alta qualidade. Desse ponto de vista, é essencial que os professores recebam treinamento para criar e executar estratégias e práticas de ensino inovadoras, permitindo que abordem as necessidades de alunos com deficiências (Mantoan, 2006).

Assim, é essencial que os educadores verifiquem o conhecimento existente dos alunos e abordem os diversos requisitos inerentes aos seus processos de aprendizagem. Em outros termos, as atividades devem ser baseadas em múltiplas fontes de pesquisa, necessitando da criação ou adaptação de materiais e da observação dos alunos. Essas informações devem, em última análise, servir como base para aprimorar o currículo e melhorar os resultados de aprendizagem dos alunos.

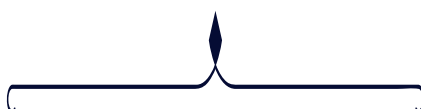
Mantoan (2006, p. 148) afirma que “os professores devem ser capazes de desenvolver um trabalho que iguale as oportunidades educacionais para alunos normais e deficientes, sem prejudicar nenhum deles”. Consequentemente, é essencial que os educadores aprimorem suas habilidades para criar práticas pedagógicas adaptadas às capacidades únicas de cada aluno, garantindo que as oportunidades estejam disponíveis para todos os indivíduos, independentemente do status de deficiência. Uma vez que essa barreira fundamental tenha sido abordada, os professores devem então estabelecer ambientes propícios ao aprendizado de alta qualidade para seus alunos.

Nesse sentido, é essencial que os educadores compreendam as realidades únicas enfrentadas por cada aluno em sua vida diária, pois essa compreensão lhes permitirá criar um perfil que os ajude a cumprir efetivamente suas responsabilidades.

Para Mazzotta (1996, p. 36):

Não cabe ao professor papel de mero executor de currículos e programas pré-determinados, mas de alguém que tenha condições de escolher atividades, conteúdos e experiências que sejam mais adequados para o desenvolvimento das capacidades fundamentais do grupo de estudantes tendo em conta seu nível e suas necessidades.

É reconhecido que não existe uma metodologia ideal para conteúdo e experiências que aborde suficientemente as necessidades desses indivíduos. No entanto, isso não implica que o desenvolvimento



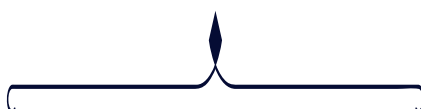
de currículos capazes de atender às diversas necessidades de todos os indivíduos seja inatingível. Portanto, continua sendo viável explorar métodos para se envolver com conteúdo variado, permitindo que os educadores criem componentes curriculares que possam ser implementados com o objetivo de fornecer aos alunos experiências de aprendizagem de qualidade.

Na busca por esse objetivo, é essencial que os educadores possuam interesse, competência e comprometimento com a prática da pedagogia. Eles são obrigados a reconhecer e respeitar os desafios e limitações enfrentados por seus alunos. Para que isso seja efetivamente realizado, os educadores devem estar bem preparados, buscando inovações consistentemente e se engajando em autoaperfeiçoamento, pois o desenvolvimento profissional é uma jornada contínua. Alcançar esse objetivo envolverá observação cuidadosa com o objetivo de mitigar e resolver as dificuldades que os alunos vivenciam dentro da sala de aula, promovendo assim seu crescimento (Figueira, 2011).

Consequentemente, é essencial estabelecer metas que permitam que tanto professores quanto alunos da educação regular acolham alunos com deficiência e formulem políticas de inclusão escolar. Nesse sentido, os educadores devem se familiarizar com os perfis de cada aluno, entender suas reais necessidades e criar atividades que promovam o aprendizado por meio de métodos adaptados às necessidades dos alunos com deficiência. Dentro dessa estrutura, os projetos pedagógicos devem ser sistematicamente desenvolvidos e alinhados com as informações coletadas, honrando consistentemente as diversas culturas e experiências de cada indivíduo.

É essencial que o educador reconheça que os alunos não progridem todos no mesmo ritmo; alguns podem exigir tempo adicional. Consequentemente, o professor deve agir como um facilitador, esforçando-se para identificar estratégias que promovam o desenvolvimento individual à luz dessas avaliações. Essa abordagem permite que o aluno alcance maior independência e capacidades aprimoradas.

Conforme observado por Mantoan (2006, p. 53), “A maioria desses profissionais concebe o treinamento como mais um curso de extensão, especialização, com um diploma final e um certificado que convida à capacidade de ser um educador inclusivo”. No contexto do treinamento em serviço, os

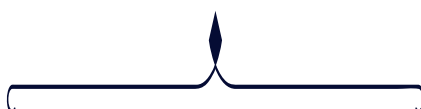


professores geralmente respondem a uma metodologia que adotaram, pois suas experiências anteriores foram frequentemente caracterizadas por uma abordagem fragmentada e predominantemente instrucional para o aprendizado. Consequentemente, os professores buscam treinamento que forneça uma base para abordar as necessidades dos alunos com deficiências e seus desafios de aprendizagem associados (Mantoan, 2006).

Nessa estrutura, os educadores antecipam que a expertise adquirida com seu treinamento será transmitida pelos profissionais de forma prática, acomodando populações estudantis diversas. Espera-se que as aulas funcionem como manuais, aderindo a diretrizes estabelecidas, enquanto a experiência prática é vista como suporte essencial para atender às necessidades de todos os alunos com deficiências. Conforme observado por Mittler (2003, p. 184),

[...] Os professores precisam de oportunidades para refletir sobre as propostas de mudança que mexem com seus valores e com suas convicções, assim como aquelas que afetam sua prática profissional cotidiana. É importante que a inclusão não seja vista apenas como uma outra inovação[...].

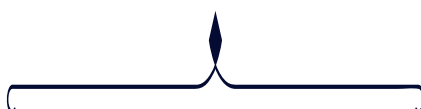
Certos educadores devem se envolver em introspecção em relação às suas atitudes em relação às mudanças e aos desafios associados às colocações em grupo, permitindo a expressão de seus sentimentos sobre várias ideias. Cada instituição educacional estabeleceu suas próprias diretrizes sobre o engajamento pessoal. Consequentemente, é imperativo que os educadores não abandonem os alunos com deficiência à indiferença social, reconhecendo que a interação com os colegas facilita o aprendizado, apesar do entendimento de que esse método pode exigir mais tempo. É evidente que o foco inicial do treinamento de professores não deve ser apenas a inclusão, mas também equipar os educadores para fornecer a essas crianças os recursos necessários para aprender a coexistir com os outros, livres de preconceitos, ao mesmo tempo em que garantem que suas limitações e o tempo de que precisam para aprender sejam reconhecidos e respeitados.



CONCLUSÃO

Por meio da pesquisa bibliográfica conduzida para este trabalho, fica evidente que a necessidade e a urgência do processo de inclusão educacional são primordiais. Políticas específicas que abordam esse assunto já estão estabelecidas, e é essencial que as escolas estejam equipadas para atender às necessidades dos alunos com deficiência. A educação inclusiva é um direito fundamental devido a esses indivíduos, e os métodos de ensino devem ser adaptados para apoiar esses alunos, permitindo que se tornem membros capazes da sociedade, livres de preconceitos. Além disso, a noção de que o professor deve atuar apenas como um mediador do conhecimento foi esclarecida. O papel principal do educador, portanto, é promover o aprendizado, independentemente de quaisquer desafios que seus alunos possam encontrar, geralmente com a assistência de uma equipe especializada quando necessário. As escolas enfrentam um desafio significativo no campo da inclusão educacional: garantir que todos os alunos, independentemente de deficiências, tenham a oportunidade de aprender. Embora as políticas e leis relativas à inclusão educacional de alunos com deficiência estejam em vigor há um longo período, a consciência social de sua existência continua insuficiente.

Frequentemente, essas crianças se encontram sem engajamento social com seus pares dentro da comunidade. É imperativo que os pais sejam totalmente informados sobre essas leis e defendam seus direitos, garantindo que todas as crianças e jovens com deficiência possam acessar os direitos concedidos a eles pela legislação. A esse respeito, vários indivíduos sofreram discriminação flagrante, semelhante às experiências de populações indígenas, indivíduos empobrecidos, escravizados e outros grupos marginalizados. A aspiração é por um futuro mais esperançoso, em que alunos com deficiência possam acessar esses ambientes. Esse acesso os capacitará a continuar defendendo uma vida caracterizada por maior liberdade e capacidade de exercer sua cidadania, abraçando a diversidade e aprendendo com seus desafios únicos. Além disso, os educadores dentro desta instituição devem ser indivíduos equipados nas dimensões psicológica e emocional, possuindo as ferramentas didáticas e pedagógicas necessárias para promover cada vez mais o aprendizado de alunos com deficiência.



Por fim, este trabalho visa atuar como um catalisador para inspiração e investigação para indivíduos interessados no tópico. Além disso, espera-se que ele forneça suporte para desenvolvimento profissional, fazendo uma contribuição substancial para a produção acadêmica que aspira preparar educadores que, em várias capacidades, se envolverão em educação inclusiva.

REFERÊNCIAS

FIGUEIRA, Emílio. O que é Educação Inclusiva: Brasiliense, São Paulo, 2011.

JESUS, Denise M. Construindo uma prática pedagógica diferenciada pela via da formação continuada. IN: XII ENDIPE. Curitiba: 2004; PUCPR: 2004.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer? 2 Ed. São Paulo: Moderna, 2006.

MARINHO, Eliane A. R.; MERKLE, Vânia Lucia B. Um olhar sobre o autismo e sua especificação. Curitiba, n2, p.6085-6090, 29 out. 2009.

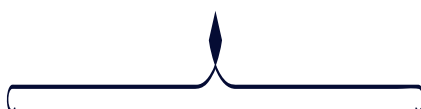
MAZZOTA, M.J.S. Educação Especial no Brasil. São Paulo: Cortez, 1996.

MENDES, Enicéia Gonçalves. Desafios atuais na formação do professor de educação especial. In: Revista Integração. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial, ano 14, nº 24, 2002.

MITTLER, Peter. Educação inclusiva: contextos sociais; Tradução Windyz Brazão Ferreira. Porto Alegre: Artmed, 2005.

SÁNCHEZ, Arnaiz Pilar. A educação inclusiva: um meio de construir escolas para todos no século XXI. Revista Inclusão, Brasília, vol. 1, nº 1, outubro de 2005.

SOUSA, Sandra Maria Zákia Lian e PRIETO, Rosângela Gavioli. A educação especial. In: OLIVEIRA, Romualdo Portela de e ADRIÃO, - Theresa (orgs.). Organização do ensino no Brasil. São Paulo: Xamã, 2002.



XAVIER, Alexandre Guedes Pereira. Ética, técnica e política: a competência docente na proposta inclusiva. Brasília: Ministério da Educação/ Secretaria de Educação Especial, 2002.

